

***Aché Laboratórios
Farmacêuticos S.A. e
Controladas***

*Relatório de Revisão dos
Auditores Independentes das
Informações Trimestrais - ITR
Primeiro Trimestre - 2010*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do
Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.
Guarulhos - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR (controladora e consolidado) da Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. (“Companhia”) e controladas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, durante o ano 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais - ITR utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010. Conforme requerido pela citada Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 2 às ITR e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre suas demonstrações contábeis do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e resultado, como requerido pela Deliberação.

5. Anteriormente, os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) e as mutações do patrimônio líquido (controladora), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, bem como as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, também apresentados para fins de comparação, foram por nós revisadas, sobre os quais emitimos parecer em 15 de março de 2010 e relatório de revisão especial datado de 30 de abril de 2009, respectivamente, sem ressalva.

São Paulo, 23 de abril de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Suely Morales Zinezi
Contadora
CRC nº 1 SP 257563/O-7

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos farmacêuticos para consumo humano e atua nos principais segmentos farmacêuticos, tais como respiratório, músculo-esquelético, saúde feminina, sistema nervoso central, cardiologia, dermatologia, vitaminas, oncologia e cosmecêutico, através de Unidades de Negócios de Prescrição, Hospitalar, Genéricos e Medicamentos Isentos de Prescrição.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

No exercício de 2009, novos pronunciamentos (CPCs) e interpretações (ICPCs) técnicos haviam sido emitidos pelo CPC, para aplicação mandatória a partir de 2010.

Em 4 de abril de 2010, o CFC editou a Resolução nº 1.278 para alterar a data de aplicação da NBC T 19.24 - Demonstração Intermediária, para dezembro de 2010. Nesse sentido, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações técnicos editados em 2009 para vigência em 2010 são obrigatórios para o exercício de 2010 e, com a prorrogação da aplicação do CPC 21 - Demonstração Intermediária, as demonstrações contábeis intermediárias de 2010 podem ser preparadas de acordo com as práticas contábeis que estavam em vigor em 2009.

Dessa forma, a Administração da Companhia e de suas controladas decidiu preparar as demonstrações contábeis para o trimestre findo em 31 de março de 2010 em conformidade com as práticas contábeis adotadas até o exercício de 2009.

A Administração da Companhia e de suas controladas entende que os CPCs e as ICPCs que serão aplicáveis para a Companhia, considerando suas operações são os relacionados a seguir. Os impactos a serem produzidos pela aplicação dos CPCs e das ICPCs nas demonstrações contábeis não foram passíveis de mensuração nesse trimestre, em virtude de a Companhia e suas controladas avaliarem as melhores técnicas e premissas no que diz respeito à aplicação de certos pronunciamentos.

Os CPCs e as ICPCs que poderão ser aplicáveis para a Companhia e suas controladas, considerando-se suas operações, são:

CPC	Título
16	Estoques
18	Investimento em Coligada e Controlada
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informações por Segmento
23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
28	Propriedade para Investimento
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
36	Demonstrações Contábeis Consolidadas
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40
ICPC	Título
08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade de Investimento

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua possibilidade de recuperação nas operações, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e as projeções para determinação da realização do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e demais ativos e passivos nas datas dos balanços.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente

3.2. Principais práticas contábeis

a) Classificação de ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

b) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Representadas por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimento auferidos até as datas dos balanços, e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir os riscos de realização das contas a receber.

e) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o seu valor de mercado. Quando necessário, uma provisão para estoques de giro lento e/ou obsoleto é constituída para refletir o risco de realização desses estoques.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao custo, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995, acrescido da reavaliação. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

h) Intangível

Representado substancialmente pelo ágio originado nas aquisições de empresas pela Companhia em exercícios anteriores, cujo fundamento econômico está sustentado na rentabilidade futura desses investimentos estando amortizado até o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Adicionalmente, as marcas e patentes adquiridas de terceiros estão registradas ao custo de aquisição, ajustado pelo seu valor de recuperação, quando aplicável.

A Companhia efetua avaliação anual de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis com base na projeção de seus fluxos de caixa futuros descontados e, quando aplicável, constitui provisão para ativos não recuperáveis.

i) Provisão para contingências

Constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pela Administração assessorada por seus assessores jurídicos. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem.

Os valores provisionados estão líquidos dos depósitos judiciais, quando aplicável.

j) Financiamentos e empréstimos

Atualizados pelas variações monetárias e cambiais e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, ajustados a valor presente, quando aplicável.

k) Passivos

Reconhecidos no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados à medida que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Calculada, respectivamente, com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou as exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são movimentados em conformidade com a legislação tributária e com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

m) Lucro por ação

Calculado com base no número total de ações (por lotes de mil ações) nas datas dos balanços.

4. CRITÉRIO DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação nas datas dos balanços é assim resumida:

	<u>Participação - %</u>	
	<u>Mar./10</u>	<u>Dez./09</u>
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	99,99	99,00
Biosintética Farmacêutica Ltda.	99,99	99,99

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme nas empresas consolidadas, estando consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Em 31 de março de 2010, foram eliminados os lucros não realizados nos estoques no montante de R\$12.657 decorrentes de vendas de produtos entre as empresas que não se encontravam realizados até 31 de março de 2010. Em 31 de dezembro de 2009, não havia lucros não realizados entre as Empresas.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

A controlada no exterior Aché International (BVI) Ltd., por não se caracterizar como entidade independente mantida por investidora brasileira no exterior, não possuir corpo gerencial próprio nem autonomia administrativa e nem contratar operações próprias, para fins de apresentação, integrou seus ativos, passivos e resultados às demonstrações contábeis da matriz no Brasil, conforme previsto no pronunciamento CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Mar./10	Dez./09	Mar./10	Dez./09
Caixa e bancos	1.418	6.154	2.002	8.290
Aplicações financeiras	<u>161.138</u>	<u>161.203</u>	<u>425.625</u>	<u>440.306</u>
	162.556	167.357	427.627	448.596
Aplicações financeiras (não circulante)	-	-	(4.721)	(4.578)
Caixa e equivalentes de caixa	<u>162.556</u>	<u>167.357</u>	<u>422.906</u>	<u>444.018</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs, rendimento variando entre 100% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e possuem prazos de resgate inferiores a 90 dias.

As aplicações financeiras classificadas como não circulante estão atreladas ao financiamento do PRÓ-DF, oriundo do Banco de Brasília, conforme mencionado na nota explicativa nº 14.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	Mar./10	Dez./09	Mar./10	Dez./09
Clientes	138.140	112.753	202.577	190.452
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(17.092)</u>	<u>(17.118)</u>	<u>(34.619)</u>	<u>(34.686)</u>
Total	<u>121.048</u>	<u>95.635</u>	<u>167.958</u>	<u>155.766</u>

O saldo das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Mar./10	Dez./09	Mar./10	Dez./09
Títulos a vencer	98.189	94.054	144.433	152.975
Títulos vencidos:				
De 0 a 30 dias	22.338	1.380	22.724	2.050
De 31 a 60 dias	346	138	454	300
De 61 a 90 dias	70	23	134	72
De 91 a 180 dias	147	141	309	407
Acima de 180 dias	<u>17.050</u>	<u>17.017</u>	<u>34.523</u>	<u>34.648</u>
	<u>138.140</u>	<u>112.753</u>	<u>202.577</u>	<u>190.452</u>

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias e com processo de cobrança judicial e saldos de clientes específicos que apontem risco de realização de seus compromissos. Desse montante são excluídos os créditos em negociação.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	Mar./10	Dez./09	Mar./10	Dez./09
Produtos acabados	32.139	34.573	75.983	70.415
Produtos em elaboração	3.851	5.805	10.738	11.857
Matérias-primas	49.222	39.061	75.069	58.081
Adiantamento a fornecedores	6.039	6.438	6.418	7.609
Provisão para perdas em estoques	<u>(3.189)</u>	<u>(2.508)</u>	<u>(7.488)</u>	<u>(6.743)</u>
	<u>88.062</u>	<u>83.369</u>	<u>160.720</u>	<u>141.219</u>

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são provenientes de despesas e receitas temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis, créditos fiscais incorporados, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	Mar./10	Dez./09	Mar./10	Dez./09
<u>Ativo</u>				
Imposto de renda diferido:				
Sobre prejuízos fiscais	6.843	12.806	6.843	12.806
Sobre provisões temporariamente não dedutíveis	<u>51.711</u>	<u>49.138</u>	<u>61.271</u>	<u>59.889</u>
	<u>58.554</u>	<u>61.944</u>	<u>68.114</u>	<u>72.695</u>
Contribuição social diferida:				
Sobre bases negativas	8.694	10.841	8.694	10.841
Sobre provisões não dedutíveis	<u>17.325</u>	<u>16.399</u>	<u>20.767</u>	<u>20.270</u>
	<u>26.019</u>	<u>27.240</u>	<u>29.461</u>	<u>31.111</u>
	<u>84.573</u>	<u>89.184</u>	<u>97.575</u>	<u>103.806</u>
<u>Passivo</u>				
Imposto de renda diferido:				
Sobre reavaliação de ativo imobilizado	2.265	2.284	3.900	4.077
Ágio amortizado para fins fiscais	2.862	2.862	30.209	24.739
Sobre diferenças temporárias	<u>10.021</u>	<u>9.723</u>	<u>15.308</u>	<u>15.101</u>
	<u>15.148</u>	<u>14.869</u>	<u>49.417</u>	<u>43.917</u>
Contribuição social diferida:				
Sobre reavaliação de ativo imobilizado	359	363	948	1.009
Ágio amortizado para fins fiscais	1.030	1.030	10.875	8.906
Sobre diferenças temporárias	<u>3.608</u>	<u>3.501</u>	<u>5.511</u>	<u>5.436</u>
	<u>4.997</u>	<u>4.894</u>	<u>17.334</u>	<u>15.351</u>
	<u>20.145</u>	<u>19.763</u>	<u>66.751</u>	<u>59.268</u>

Em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009, o crédito tributário relativo a prejuízos fiscais acumulados, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias foi mantido considerando as perspectivas futuras de realização desses ativos. Essas expectativas justificam-se em estudos técnicos elaborados pela Companhia com base em ações derivadas de seu processo de planejamento estratégico e operacional.

Conforme as projeções elaboradas, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social têm sua realização estimada para o decorrer dos seguintes trimestre/exercício:

	Controladora		Consolidado	
	Mar./10	Dez./09	Mar./10	Dez./09
Sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social:				
2010	9.570	17.680	9.570	17.680
2011	<u>5.967</u>	<u>5.967</u>	<u>5.967</u>	<u>5.967</u>
	<u>15.537</u>	<u>23.647</u>	<u>15.537</u>	<u>23.647</u>

9. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	Mar./10	Mar./09	Mar./10	Mar./09
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	91.448	80.504	92.091	94.984
Imposto de renda e contribuição social - 34%	(31.092)	(27.371)	(31.311)	(32.295)
Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda e contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	7.621	7.993	-	-
Pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica	853	519	982	626
Ágio sobre amortização dedutível	-	(1.740)	-	(9.179)
Despesas não dedutíveis	(27)	(26)	(31)	(57)
Efeitos da Medida Provisória nº 449/08	-	-	-	899
Provisões não diferidas	(1.246)	-	(2.563)	-
Outros	<u>183</u>	<u>(441)</u>	<u>(4.085)</u>	<u>4.460</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do trimestre	<u>(23.708)</u>	<u>(21.066)</u>	<u>(37.008)</u>	<u>(35.546)</u>
Corrente	<u>18.715</u>	<u>5.439</u>	<u>23.295</u>	<u>15.399</u>
Diferido	<u>4.993</u>	<u>15.717</u>	<u>13.713</u>	<u>20.147</u>

10. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	Mar./10	Dez./09	Mar./10	Dez./09
Participação em empresas controladas e coligadas	549.103	526.667	-	-
Imobilizado não operacional	<u>1.422</u>	<u>1.422</u>	<u>1.422</u>	<u>1.422</u>
	<u>550.525</u>	<u>528.089</u>	<u>1.422</u>	<u>1.422</u>

As informações dos investimentos em controladas e coligadas são como segue:

Empresas	Valores das investidas		Participação - %	Equivalência patrimonial	Investimentos	
	Patrimônio líquido	Resultado do trimestre			Mar./10	Dez./09
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	46	(3)	99,99	(3)	46	29
Biosintética Farmacêutica Ltda.	549.057	22.430	99,99	<u>22.419</u> <u>22.416</u>	<u>549.057</u> <u>549.103</u>	<u>526.638</u> <u>526.667</u>

A movimentação dos investimentos em controladas e coligadas é como segue:

Empresas	Dez./09	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Mar./10
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	29	20	(3)	46
Biosintética Farmacêutica Ltda.	<u>526.638</u>	-	<u>22.419</u>	<u>549.057</u>
Total	<u>526.667</u>	<u>20</u>	<u>22.416</u>	<u>549.103</u>

Entre a controladora e suas controladas não há garantias, avais, fianças nem hipotecas concedidas. Detalhes das transações entre partes relacionadas estão descritos na nota explicativa nº 17.

11. IMOBILIZADO

	Controladora				
	Taxa média	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	
	anual de depreciação - %			Mar./10	Dez./09
Terrenos	-	9.940	-	9.940	9.940
Edifícios	4	183.773	(86.808)	96.965	98.371
Instalações	10	29.999	(23.696)	6.303	6.736
Máquinas e equipamentos	10	93.145	(67.360)	25.785	26.341
Móveis e utensílios	10	17.513	(15.465)	2.048	2.072
Veículos	20	1.893	(1.664)	229	259
Computadores	20	19.137	(15.417)	3.720	4.029
Outros	-	<u>9.381</u>	<u>(5.933)</u>	<u>3.448</u>	<u>3.449</u>
		364.781	(216.343)	148.438	151.197
Imobilizado em andamento	-	<u>99.871</u>	-	<u>99.871</u>	<u>97.522</u>
		<u>464.652</u>	<u>(216.343)</u>	<u>248.309</u>	<u>248.719</u>

	Consolidado				
	Taxa média	Custo	Depreciação	Valor líquido	
	anual de			corrigido	Mar./10
depreciação - %		acumulada			
Terrenos	-	22.005	-	22.005	22.005
Edifícios	4 a 10	207.838	(92.800)	115.038	116.685
Instalações	10	36.425	(28.084)	8.341	8.910
Máquinas e equipamentos	10	135.320	(95.885)	39.435	40.834
Móveis e utensílios	10	17.800	(15.526)	2.274	2.285
Veículos	20	2.514	(2.262)	252	290
Computadores	20	21.736	(17.659)	4.077	4.355
Outros	-	<u>10.857</u>	<u>(6.200)</u>	<u>4.657</u>	<u>4.593</u>
		454.495	(258.416)	196.079	199.957
Imobilizado em andamento	-	<u>101.714</u>	<u>-</u>	<u>101.714</u>	<u>98.042</u>
		<u>556.209</u>	<u>(258.416)</u>	<u>297.793</u>	<u>297.999</u>

A Companhia registrou, em 31 de dezembro de 1989, a reavaliação de seu ativo permanente em contrapartida à conta “Reserva de reavaliação” no patrimônio líquido; desde então não foram efetuadas novas reavaliações. O atual saldo de reavaliação está sendo amortizado com base na depreciação dos respectivos bens reavaliados, considerando sua vida útil. Em 31 de março de 2010, o saldo residual da reavaliação é de R\$9.059 (R\$9.135 em 31 de dezembro de 2009).

O saldo residual da reserva de reavaliação da controlada Biosintética Farmacêutica Ltda. em 31 de março de 2010 é de R\$15.384 (R\$16.014 em 31 de dezembro de 2009).

O saldo da conta “Imobilizado em andamento” refere-se substancialmente aos gastos com a construção da nova unidade industrial de Guarulhos, realizada em grande parte com recursos próprios e parcialmente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Profarma. A primeira fase dessa unidade industrial, destinada à produção de medicamentos na forma farmacêutica de líquidos, foi concluída em 2007, e a conclusão desse projeto está prevista para 2011.

12. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	Mar./10	Dez./09	Mar./10	Dez./09
Marcas e patentes (a)	23.154	23.154	26.059	26.059
Software	6.800	6.690	6.886	6.796
Ágio - Asta Médica (b)	11.446	11.446	11.446	11.446
Ágio - Biosintética (c)	-	-	<u>203.942</u>	<u>203.942</u>
	<u>41.400</u>	<u>41.290</u>	<u>248.333</u>	<u>248.243</u>

(a) Representadas substancialmente por marcas e patentes adquiridas de terceiros.

- (b) Ágio proveniente da aquisição da Asta Médica Ltda., que foi incorporada em 2003 por sua controladora Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., tendo sido amortizado até 31 de dezembro de 2008 com base na expectativa de rentabilidade futura, restando um saldo de R\$11.446, o qual, segundo estudo de recuperação de ativos realizados pela Companhia, deverá ser mantido em seu ativo, sujeito à revisão das análises de recuperação futura.
- (c) O saldo consolidado em 31 de março de 2010 inclui o ágio da controlada Biosintética Farmacêutica Ltda., proveniente da incorporação reversa da então controladora Delta Participações Ltda., ocorrida em 31 de março de 2006, sendo ambas 100% investidas pela Companhia. O ágio correspondente está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, restando um saldo de R\$203.942, o qual, segundo estudo de recuperação de ativos realizados pela Companhia, deverá ser mantido em seu ativo, sujeito à revisão das análises de recuperação futura.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia efetuado em 31 de dezembro de 2009 não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor estimado dos fluxos de caixa futuros excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação. Em 31 de março de 2010, a Administração da Companhia concluiu que não houve alterações significativas nas premissas e nos dados utilizados na avaliação mencionada, nem em outros indicadores que pudessem afetar o estudo de recuperação desses ativos, concluindo, portanto, que não há necessidade de ajustes a serem efetuados nesse sentido.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	Mar./10	Dez./09	Mar./10	Dez./09
Fornecedores nacionais	15.605	6.320	20.359	9.408
Fornecedores do exterior	<u>7.774</u>	<u>10.075</u>	<u>13.590</u>	<u>17.270</u>
	<u>23.379</u>	<u>16.395</u>	<u>33.949</u>	<u>26.678</u>

14. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	Encargos anuais - %	Vencimento	Controladora		Consolidado		
			Mar./10	Dez./09	Mar./10	Dez./09	
Moeda nacional:							
PRÓ-DF (a)	25 do INPC + 2,43	2.024	-	-	17.813	18.002	
FINAME	TJLP + 1,15 a 5	2.014	1.720	1.733	1.950	2.012	
BNDES	6	2.012	-	-	5.865	6.452	
BNDES	UMBNDDES + 1,5	2.012	-	-	502	534	
Profarma - BNDES (b)	TJLP + 1,5 a 3	2.016	<u>233.021</u>	<u>247.131</u>	<u>233.104</u>	<u>247.223</u>	
			234.741	248.864	259.234	274.223	
Moeda estrangeira							
	Libor + 0,95 a 1,5	2.013	5.652	5.503	7.049	6.214	
			<u>240.393</u>	<u>254.367</u>	<u>266.283</u>	<u>280.437</u>	
Parcela classificada no							
circulante			<u>(61.144)</u>	<u>(61.105)</u>	<u>(64.375)</u>	<u>(64.895)</u>	
Não circulante			<u>179.249</u>	<u>193.262</u>	<u>201.908</u>	<u>215.542</u>	

- (a) A Companhia mantém um financiamento no Banco de Brasília com prazo de utilização contratado até 2024, cujos valores serão pagos em única parcela ao final de 15 anos contados a partir da liberação. A Companhia registra a dívida pelo seu valor presente, tendo seus efeitos na captação dos recursos contabilizados no resultado operacional e os ajustes decorrentes de alteração de taxa de juros e recomposição do valor original contabilizados no resultado financeiro. O ajuste financeiro é calculado considerando a taxa de juros SELIC projetada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

O ajuste a valor presente do referido financiamento foi registrado conforme segue:

	<u>Mar./10</u>	<u>Dez./09</u>
Ajuste a valor presente (empréstimos e financiamentos)	(364)	(14.609)
Resultado operacional	-	1.605
Resultado financeiro	<u>(364)</u>	<u>(6.045)</u>
No resultado do trimestre/exercício	<u>(364)</u>	<u>(4.440)</u>

- Moeda nacional

Estão substancialmente representados por captação de financiamento no BNDES - Profarma.

- Moeda estrangeira

Estão substancialmente representados por captação de recursos por importação de máquinas e equipamentos, com pagamentos semestrais de principal e juros e vencimentos até o ano 2013.

- Garantias e cláusula restritivas

- (b) Profarma - BNDES

Controladora

O financiamento BNDES - Profarma é destinado à construção da nova unidade industrial de Guarulhos. Esses empréstimos preveem hipóteses usuais de vencimento antecipado, entre as quais se destacam o descumprimento dos seguintes índices financeiros, calculados considerando o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” e os resultados de 12 meses: limitar durante a vigência do contrato de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio em 35% do EBITDA consolidado e manter seu índice de endividamento igual ou inferior a 0,75% do ativo total consolidado, a serem apurados anualmente.

A Companhia obteve com o BNDES a dispensa da antecipação dos vencimentos dessa dívida decorrente dos dividendos de 2009 aprovados para pagamento em 2010 terem excedido os limites previstos nas cláusulas contratuais e, portanto, manteve a classificação desse financiamento conforme os vencimentos originais.

Adicionalmente, os financiamentos relacionados ao BNDES - Profarma têm como garantia a concessão, em primeira hipoteca, dos imóveis, das máquinas e dos equipamentos de sua propriedade, situados em Guarulhos - SP e São Paulo.

Controlada Biosintética Farmacêutica Ltda.

O financiamento do PRÓ-DF, oriundo do Banco de Brasília, tem como garantias as aplicações financeiras (CDB), que equivalem a 10% do montante financiado. Essas aplicações estão demonstradas na rubrica “Aplicações financeiras”, no ativo não circulante.

Os financiamentos relacionados ao BNDES tem como garantia a concessão, em primeira hipoteca, do imóvel de propriedade da controlada, localizado em São Paulo.

Em 31 de março de 2010, as parcelas classificadas no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	Mar./10	Dez./09	Mar./10	Dez./09
Ano de vencimento:				
2011	47.572	61.686	50.088	64.686
2012	61.654	61.642	64.004	63.657
2013	52.470	52.457	52.640	52.462
2014	7.336	7.324	7.336	7.324
2015 a 2024	<u>10.217</u>	<u>10.153</u>	<u>27.840</u>	<u>27.413</u>
	<u>179.249</u>	<u>193.262</u>	<u>201.908</u>	<u>215.542</u>

15. DEBÊNTURES

Em 17 de outubro de 2008, a controlada Biosintética Farmacêutica Ltda. subscreveu R\$78.200 em debêntures, adquiridas por parte relacionada Magenta Participações S.A., sem esforço de venda e sem a intermediação de instituição financeira, não conversíveis em ações, em série única, de espécie subordinada, com prazo de vencimento de dois anos e remuneração calculada com base na taxa média do CDI acrescida da taxa de 0,25%. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2009 de R\$76.695 foi recebido integralmente em 24 de março de 2010 acrescido dos juros correspondentes.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	Mar./10	Dez./09	Mar./10	Dez./09
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	10.976	7.109	19.578	14.719
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	13.707	590	17.064	8.229
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	8.024	4.400	8.024	4.400
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	5.008	-	6.231	-
Programa de Integração Social - PIS	1.704	933	1.704	933
Outros	<u>365</u>	<u>223</u>	<u>431</u>	<u>254</u>
Total	<u>39.784</u>	<u>13.255</u>	<u>53.032</u>	<u>28.535</u>

17. PARTES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Mar./10</u>	<u>Mar./09</u>	<u>Mar./10</u>	<u>Mar./09</u>
Despesas:				
Juros incorridos pela remuneração das debêntures- Magenta Participações S.A. (nota explicativa nº 17)	1.467	2.175	1.467	2.175
Receitas-				
Venda de mercadorias para:				
Biosintética Farmacêutica Ltda.	5.740	5.743	-	-
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	24.935	-	12.657	-
Compras-				
Compras de mercadorias da Biosintética Farmacêutica Ltda.	537	1.497	-	-
Resultado com transações comerciais-				
Lucros nos estoques	12.653	-	-	-
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Mar./10</u>	<u>Dez./09</u>	<u>Mar./10</u>	<u>Dez./09</u>
Ativo circulante:				
Contas a receber:				
Biosintética Farmacêutica Ltda.	2.991	2.811	-	-
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	24.510	-	-	-
Dividendos a receber - Biosintética Farmacêutica Ltda.	-	110.910	-	-
Adiantamento a fornecedores-				
Farmaprod Administração e serviços Ltda.	170	-	380	-
Ativo não circulante-				
Debêntures - Magenta Participações S.A. (nota explicativa nº 17)	-	-	-	76.965
Passivo circulante:				
Contas a pagar - Biosintética Farmacêutica Ltda.	490	180	-	-
Dividendos a pagar (nota explicativa nº 20)	86.457	226.657	86.457	226.657

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível, distribuídos em diversas instâncias. A Administração, com base na avaliação dos assessores jurídicos, constituiu provisão para as causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. A composição das provisões por natureza e a movimentação no trimestre findo em 31 de março de 2010 encontram-se apresentadas a seguir:

	Consolidado					Mar./10
	Dez./09	Adições	Reversões	Utilizações	Encargos	
Tributários	110.938	459	(116)	-	1.987	113.268
Trabalhistas	31.764	8.298	(2.703)	(518)	422	37.263
Contribuições previdenciárias	27.416	-	-	-	528	27.944
Cíveis	<u>1.838</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.838</u>
	171.956	8.757	(2.819)	(518)	2.937	180.313
Depósitos judiciais	<u>(69.708)</u>	<u>(155)</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>(1.191)</u>	<u>(71.045)</u>
Total	<u>102.248</u>	<u>8.602</u>	<u>(2.810)</u>	<u>(518)</u>	<u>1.746</u>	<u>109.268</u>

Com relação aos processos administrativos e judiciais envolvendo assuntos de natureza tributária mencionados, destacam-se os seguintes:

	Consolidado	
	Mar./10	Dez./09
PIS e COFINS (a)	4.942	4.845
IRPJ e CSLL (b)	38.245	37.613
FGTS (c)	26.533	25.952
ICMS (d)	14.244	13.963
Outros	<u>29.304</u>	<u>28.565</u>
	113.268	110.938
Menos- Depósitos judiciais	<u>(57.606)</u>	<u>(56.591)</u>
Total	<u>55.662</u>	<u>54.347</u>

- (a) Ação ordinária que discute a decadência de competências remanescentes do questionamento judicial quanto à majoração de alíquota, Lei nº 9.718/98.
- (b) Dedutibilidade da CSLL no lucro real, dedutibilidade de parcela da correção monetária do balanço no lucro real e na base de cálculo da contribuição social e dedutibilidade de juros sobre o capital próprio na base de cálculo da contribuição social.
- (c) Majoração da alíquota - questionamento do aumento da contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS em 0,5% calculada sobre a folha de pagamento dos funcionários e do aumento em 10% da multa rescisória.
- (d) Execuções fiscais embargadas, originadas por autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, e processo administrativo originado por meio de auto de infração em que se discute a substituição tributária do Convênio nº 76/94.

A Administração considera que o resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante na posição financeira ou nos negócios da Companhia.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Valor de mercado de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras), contas a receber de clientes e passivo circulante correspondem ao valor de mercado, em razão de o vencimento ocorrer em data próxima à do balanço. O saldo da conta “Financiamentos e empréstimos” é atualizado monetariamente com base em juros variáveis em virtude das condições de mercado e ajustados a valor presente, quando aplicável.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação nem possuíam instrumentos dessa natureza em 31 de março de 2010 e em 31 de dezembro de 2009.

b) Taxas de juros

A Companhia celebrou contratos a taxas de juros flutuantes substancialmente relacionadas à remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 3% ao ano nos financiamentos e empréstimos contraídos em reais e juros variáveis de Libor acrescida de 0,95% ao ano para os empréstimos em moeda estrangeira. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à remuneração do CDI.

c) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. O saldo da conta “Contas a receber de clientes” está distribuído em diversos clientes e não existe um cliente que represente concentração de 10% ou mais do total da receita operacional líquida, nem do saldo a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual dos clientes, mas, como uma prática de mercado, não requer recebimento antecipado nem garantias. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes através da avaliação dos créditos de liquidação duvidosa.

d) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores nominais a pagar ou os valores captados no mercado.

Existem valores a pagar denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos, euros e francos suíços), estando, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os totais de ativos e passivos sujeitos à exposição cambial, nas respectivas moedas, estão demonstrados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		Mar./10	Dez./09	Mar./10	Dez./09
Em euros:	EUR				
Ativos		302	455	858	863
Passivos		<u>(877)</u>	<u>(1.238)</u>	<u>(928)</u>	<u>(1.637)</u>
Exposição líquida		<u>(575)</u>	<u>(783)</u>	<u>(70)</u>	<u>(774)</u>
Em dólares norte-americanos:	US\$				
Ativos		330	860	330	869
Passivos		<u>(3.115)</u>	<u>(6.968)</u>	<u>(6.317)</u>	<u>(10.943)</u>
Exposição líquida		<u>(2.785)</u>	<u>(6.108)</u>	<u>(5.987)</u>	<u>(10.074)</u>
Em francos suíços:	CHF				
Ativos		-	-	-	-
Passivos		<u>(60)</u>	<u>(91)</u>	<u>(60)</u>	<u>(91)</u>
Exposição líquida		<u>(60)</u>	<u>(91)</u>	<u>(60)</u>	<u>(91)</u>
Em libras esterlinas:	GBP				
Ativos		-	-	-	-
Passivos		<u>(2)</u>	<u>(49)</u>	<u>(2)</u>	<u>(49)</u>
Exposição líquida		<u>(2)</u>	<u>(49)</u>	<u>(2)</u>	<u>(49)</u>
Em coroas suecas:	SEK				
Ativos		-	206	-	206
Passivos		<u>-</u>	<u>(206)</u>	<u>-</u>	<u>(206)</u>
Exposição líquida		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Entre os principais saldos expostos à variação cambial constam:

- Fornecedores - esses passivos geraram saldo devedor de variação cambial no montante de R\$110 na controladora e de R\$436 no consolidado em 31 de março de 2010 (saldo credor de variação cambial no montante de R\$236 na controladora e devedor de R\$747 no consolidado em 31 de março de 2009).
- Empréstimos e financiamentos - conforme descrito na nota explicativa nº 14, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$5.652 na controladora e R\$7.049 no consolidado em 31 de março de 2010 (R\$5.503 na controladora e R\$6.214 no consolidado em 31 de dezembro de 2009) denominados em dólares norte-americanos. Esses passivos geraram saldo devedor de variação cambial no montante de R\$125 na controladora e saldo devedor de R\$133 no consolidado (saldo credor de R\$297 na controladora e saldo credor de R\$319 no consolidado em 31 de março de 2009).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009, o capital está composto por 63.900.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas residentes no País.

b) Reservas de capital

Os saldos em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 eram como segue:

Reserva especial de ágio	167.767
Reserva de ágio na emissão de ações	<u>6.445</u>
	<u>174.212</u>

A reserva especial de ágio corresponde à contrapartida de ágio incorporado pela Companhia em exercícios anteriores, deduzido da provisão para manutenção da integridade do patrimônio dos acionistas, cujo efeito líquido corresponde ao benefício fiscal a ser gerado na sua realização e registrado como ativo diferido de imposto de renda.

c) Reservas de lucros

Reserva legal (i)	43.807
Reserva para novos produtos, pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado (ii)	54.395
Reserva de lucros para expansão (iii)	<u>33.650</u>
	<u>131.852</u>

(i) Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em face de o saldo da reserva legal, somado às reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do artigo 182 da Lei nº 6.406/76, ter ultrapassado 30% do capital social, a Companhia, em conformidade com o estabelecido no artigo 193 da mesma Lei, decidiu não constituir a reserva legal sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2009.

(ii) Constituída para atender aos gastos de lançamentos de novos produtos, gastos de pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado nos termos previstos no Estatuto Social da Companhia.

(iii) Retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para atender aos planos de expansão previstos em orçamento de capital.

d) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido para constituição da reserva legal de 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. O lucro remanescente terá a destinação que lhe derem os acionistas em Assembleia Geral.

O Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços semestrais ou intermediários.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária de 23 de março de 2010 a distribuição do saldo de dividendos proposta em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$226.657, sendo pago no trimestre o montante de R\$140.200.

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	Mar./10	Mar./09	Mar./10	Mar./09
Despesas com integração	(2)	(481)	(2)	(501)
Provisão para contingências	(4.585)	7.081	(5.078)	4.581
Resultado na venda de ativos permanentes	54	(2)	54	408
PIS e COFINS sobre outras receitas	-	-	-	2.881
Outras	<u>74</u>	<u>171</u>	<u>108</u>	<u>177</u>
Total	<u>(4.459)</u>	<u>6.769</u>	<u>(4.918)</u>	<u>7.546</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	Mar./10	Mar./09	Mar./10	Mar./09
Despesas de juros	(5.142)	(6.167)	(5.447)	(6.503)
Variações monetárias passivas	(2.874)	(2.945)	(2.937)	(2.959)
Outras despesas financeiras	(83)	105	(163)	305
Realização de ajuste a valor presente	-	-	(364)	(2.646)
Variação cambial passiva	<u>(1.536)</u>	<u>(1.032)</u>	<u>(2.506)</u>	<u>(2.565)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(9.635)</u>	<u>(10.039)</u>	<u>(11.417)</u>	<u>(14.368)</u>
Receita de juros	3.694	3.390	10.958	9.620
Variações monetárias ativas	1.193	944	1.223	1.487
Variação cambial ativa	<u>1.343</u>	<u>1.575</u>	<u>2.193</u>	<u>3.654</u>
Total das receitas financeiras	<u>6.230</u>	<u>5.909</u>	<u>14.374</u>	<u>14.761</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(3.405)</u>	<u>(4.130)</u>	<u>2.957</u>	<u>393</u>

23. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar, que abrange todos os seus colaboradores, na modalidade de um Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL, administrado por entidade de previdência privada, no regime financeiro de capitalização. O valor do benefício é calculado em virtude da reserva matemática de benefícios a conceder na data de aposentadoria.

Estão inseridos no plano de aposentadoria oferecido os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por idade reversível ao cônjuge.

- Aposentadoria por invalidez reversível ao cônjuge.
- Pensão ao cônjuge de não aposentado reversível a filhos menores de 21 anos.

Os benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão ao cônjuge) foram modelados conforme um plano de contribuição definida.

A Companhia não tem nenhuma responsabilidade ao risco técnico relativo à sobrevivência durante o período de capitalização ou mortalidade após o participante usufruir de benefício ou risco de invalidez no período de capitalização.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência complementar durante o trimestre findo em 31 de março de 2010 totalizaram R\$504 (R\$546 em 31 de março de 2009).

24. COBERTURA DE SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO REVISADA)

A Companhia adota uma política de seguros considerando a concentração de riscos e sua relevância, a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia e suas controladas incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR e bônus aos administradores, não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por aquelas empresas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com o objetivo de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Conselho de Administração

Adalmiro Dellape Baptista	Presidente
José Luiz Depieri	Vice-Presidente
Carlos Eduardo Depieri	Conselheiro
Jonas de Campos Siaulys	Conselheiro
Luiz Carlos Vaini	Conselheiro
Raphael Baptista Netto	Conselheiro

Diretoria

José Ricardo Mendes da Silva	Diretor Presidente
Joaquim José Covo	Diretor Executivo Industrial
Pablo Javier Lamenza Alzogaray	Diretor Executivo de Recursos Humanos
Carlos Alberto Mello	Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento
José Roberto Lazzarini Neves	Diretor Médico
Júlio César Conejero	Diretor da Unidade de Negócio Medicamentos Isentos de Prescrição
Manoel Arruda Nascimento Neto	Diretor da Unidade de Negócio Prescrição I
Marcelo Néri	Diretor da Unidade de Negócio Prescrição II
Sidinei Righini	Diretor do Centro de Serviços Compartilhados
Vânia de Azevedo N. de A. Machado	Diretora Comercial

Contador

Itacir Alves Nascimento
CRC - SP - 159830/O-9